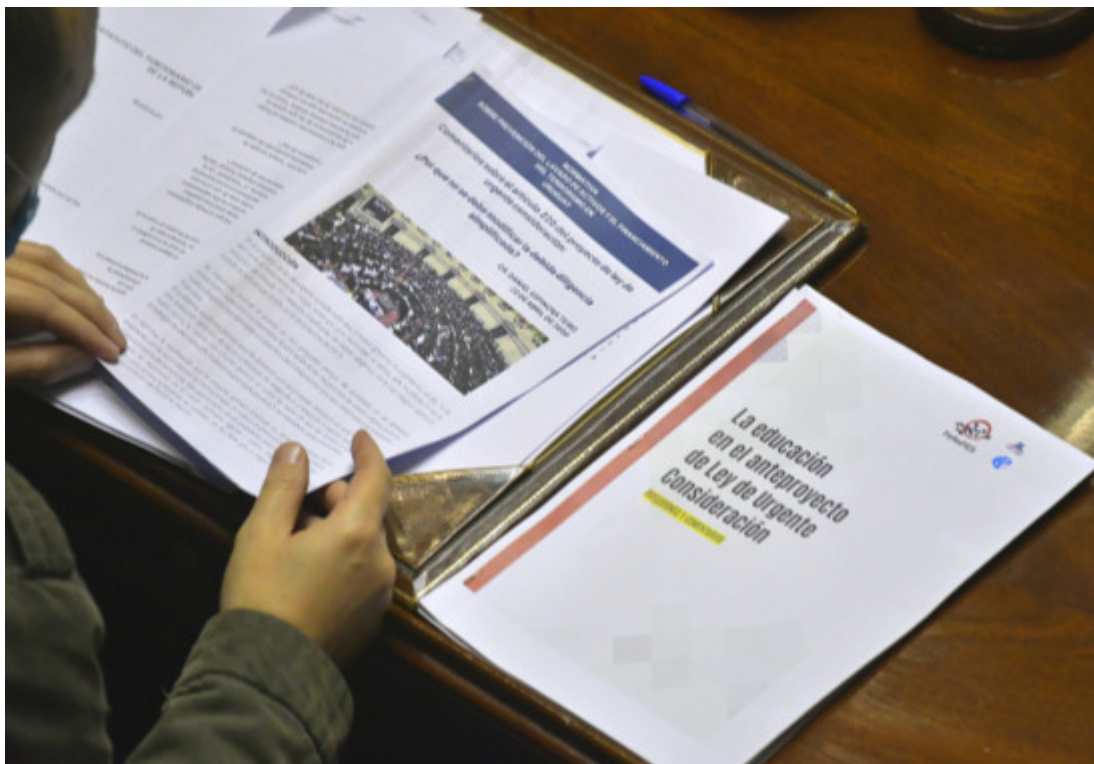


Os uruguaaios não querem a Lei de Urgente Consideração



Ley de Urgente Consideración. Foto: Prensa Latina.

Por Maria Josefina Arce

A sociedade uruguaia continua não gostando da chamada Lei de Urgente Consideração. Para os uruguaaios essa lei não é outra coisa senão um programa de restauração conservadora.

A lei, conhecida pelas siglas LUC foi aprovada em julho passado, a despeito das múltiplas críticas de legisladores no sentido de que as restrições impostas pela COVID-19 impediam exaustiva análise do texto.

Nesse sentido, organizações sociais tacharam o programa de antidemocrático porque não promove vasto debate popular, esquivado pelo governo do direitaista Luis Lacalle Pou a pretexto da pandemia.

Grupos sindicais, sociais e políticos vão lançar abaixo-assinado para a realização de um referendo contra a lei.

A opositora Frente Ampla apoia a iniciativa dos grupos sociais que, através dos mecanismos estipulados na Constituição, solicitam o referendo contra as normas antipopulares da lei.

O processo dará início em novembro e se prevê a coleta de umas 700 mil assinaturas antes de 9 de julho de 2021.

Por enquanto, não se sabe se querem derrubar a lei completa ou alguns artigos que provocaram grande controvérsia como o relaxamento da legítima defesa policial, que, para muitos, poderia conduzir a violações dos direitos humanos.

Muitos também reprovam que se permita o porte de armas a policiais e militares reformados.

As alíneas que têm a ver com a educação foram igualmente muito criticadas. Afirmando que se perde a ideia do sistema público de educação e são introduzidos critérios de mercado.

A preocupação dos professores é que num país, onde 83 por cento das crianças e jovens freqüentam escolas públicas, o Estado com esta lei não se responsabilize de garantir que todos os uruguaios tenham acesso a este direito humano essencial.

Pesquisas de opinião feitas em agosto passado revelaram que 54 por cento dos uruguaios endossariam um referendo contra a Lei de Urgente Consideração. Sessenta e quatro por cento dos moradores de Montevideú não querem essa lei. A capital do Uruguai tem sido teatro de protestos de vários setores contra a mencionada legislação, que, afirmam, constitui um ataque aos feitos sociais de 15 anos de bom governo da Frente Ampla.

<https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/237465-os-uruguaios-nao-querem-a-lei-de-urgente-consideracao>



Radio Habana Cuba